

A SUB-REPRESENTAÇÃO DA AUTORIA DE MULHERES NA BIBLIOGRAFIA DE DISCIPLINAS DE ENSINO SUPERIOR

THE UNDERREPRESENTATION OF WOMEN'S AUTHORSHIP IN THE BIBLIOGRAPHY OF HIGHER EDUCATION SUBJECTS

LA INFRARREPRESENTACIÓN DE LA AUTORÍA DE MUJERES EN LA BIBLIOGRAFÍA DE LAS DISCIPLINAS DE EDUCACIÓN SUPERIOR

ELIZABETH DEL SOCORRO RUANO-IBARRA

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – DF;
Corporación Universitaria Autónoma del Cauca – Popayán – Colômbia.

elizabeth@unb.br

elizabethruano@gmail.com

VIVIANE DE MELO RESENDE

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) – Brasília – DF.

vivianemelo@unb.br

resende.v.melo@gmail.com

Recebido em: 30/04/2022

Aceito em: 03/11/2022

Publicado em: 14/09/2023

Resumo

Neste artigo analisamos alguns desdobramentos do silenciamento decorrente da prevalência da autoria masculina no estudo do pensamento latino-americano. Indagamos a reprodução de desigualdades de gênero, especificamente à sub-representação da autoria de mulheres no ensino superior e pós-graduado, e aportamos autorias desconhecidas no ensino convencional do pensamento latino-americano. Para essa discussão, exploramos dados resultantes de duas pesquisas: a primeira analisou nove edições do plano de ensino de uma disciplina de graduação sobre pensamento latino-americano; a segunda investiga autorias de mulheres do século XIX em publicações feministas e sobre movimentos de mulheres latino-americanas. Os instrumentos metodológicos de captura de dados são a revisão bibliográfica e documental; a última inclui a revisão de *sites* biográficos para compor os perfis autorais mencionados. Destacamos a incipiente inclusão da autoria de mulheres nos planos de ensino analisados e inventariamos 64 pensadoras, de 13 países latino-americanos.

Palavras-chave: Androcentrismo científico. Pensamento latino-americano. Feminismos. Sociologia da ciência. Estudos críticos do discurso.

Abstract

In this paper we analyze some consequences of the silencing resulting from the prevalence of male authorship in the study of Latin American thought. We investigate the reproduction of gender inequalities, specifically the underrepresentation of women's authorship in higher and postgraduate education, and we bring some authorship unknown in the conventional teaching of Latin American thought. For this discussion, we explored data resulting from two studies: the first analyzed nine editions of the teaching plan of an undergraduate course on Latin American thought; the second investigates authorship by 19th century women in feminist publications and on Latin American women's movements. The methodological instruments for capturing data are the bibliographic and documental review; the last one includes the review of biographical sites to compose the author profiles. We highlight the incipient inclusion of women's authorship in the analyzed teaching plans and we present an inventory of 64 thinkers from 13 Latin American countries.

Keywords: Scientific androcentrism. Latin American thought. Feminisms. Sociology of science. Critical discourse studies.

Resumen

En este artículo analizamos algunas consecuencias del silenciamiento derivado del predominio de la autoría masculina en el estudio del pensamiento latinoamericano. Investigamos la reproducción de las desigualdades de género, específicamente la subrepresentación de la autoría femenina en la educación superior y de posgrado, y traemos autoría desconocida en la enseñanza convencional del pensamiento latinoamericano. Para esta discusión, exploramos datos resultantes de dos estudios: el primero analizó nueve ediciones del plan de enseñanza de un curso de pregrado sobre pensamiento latinoamericano; la segunda investiga la autoría de mujeres del siglo XIX en publicaciones feministas y sobre los movimientos de mujeres latinoamericanas. Los instrumentos metodológicos para la captura de datos son la revisión bibliográfica y documental; el último incluye la revisión de sitios biográficos para componer los perfiles de autoría antes mencionados. Destacamos la incipiente inclusión de la autoría de mujeres en los planes de enseñanza analizados y realizamos un inventario de 64 pensadoras de 13 países latinoamericanos.

Palabras clave: Androcentrismo científico. Pensamiento Latinoamericano. Feminismos. Sociología de la ciencia. Estudios críticos del discurso.

1 Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a sub-representação da autoria de mulheres na bibliografia obrigatória de disciplinas de graduação e pós-graduação. Indagamos sobre a paridade autoral em termos de equivalência quantitativa e qualitativa, capaz de romper com a segregação (RUANO-IBARRA; ARAÚJO, 2019), o caráter de “exceção honrosa” e a “situação excêntrica” (MARC; OÑORO, 2021, p. 12) das contribuições de mulheres à ciência. Para tanto, trazemos dados de pesquisa sobre a composição bibliográfica por gênero de uma disciplina de ensino superior sobre pensamento latino-americano. Nossa análise desses dados dá-se à luz dos conceitos de androcentrismo, autoria de mulheres e plano de ensino. Objetivamos explorar desdobramentos do silenciamento produzido pela prevalência da autoria masculina aportando autorias desconhecidas no ensino convencional do pensamento latino-americano. Nos guiamos

pelos seguintes interrogantes: o contexto de desigual divulgação e reconhecimento das contribuições das mulheres à ciência justifica exige políticas de promoção de paridade autoral de gênero na composição bibliográfica? Dita desigualdade de gênero compromete o rigor científico?

A ideia de representação abordada neste artigo é balizada nos estudos críticos do discurso, que operacionalizamos em termos teórico-metodológicos para desvendar como pensadoras latino-americanas são representadas na bibliografia da disciplina estudada. Nas Ciências Sociais, habitualmente se associa representação à Serge Moscovici por seu trabalho sobre o conceito de representação social. De ampla complexidade, oriunda do vocábulo latino *repraesentare*, que significa tornar presente, adotamos uma noção polissêmica (SANTOS, 2011) para evocar a ausência ou a sub-representação da autoria de mulheres na bibliografia. “A representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa” (MAKOWIECHY, 2003, p. 4).

O filósofo chileno Valdés (1997), o sociólogo brasileiro Ianni (2000) e a cientista social venezuelana Carosio (2017) contribuíram com importantes aportes ao conceito de pensamento social e político latino-americano. Segundo Ianni (2000), esse campo de estudo busca compreender e explicar, além de propor alternativas a problemas relativos à realidade histórica latino-americana. Valdés (2000) o define como um conjunto de escritos na forma de ensaios sobre o continente ou sobre algumas de suas regiões. Carosio (2017) sustenta que esse pensar reivindica independência epistemológica fundamentada em nossa geografia e história para, a partir disso, buscar uma identidade própria e criar futuros possíveis. Esse pensamento tem sido relegado à margem dos grandes centros de produção do pensamento mundial (PINTO, 2012). Contudo, a busca pela emancipação epistemológica a partir de perspectivas subalternizadas pela hegemonia euro-estadunidense denota sua importância. Nesse sentido, nossa preocupação pela inclusão da autoria de mulheres, além de possibilitar diferentes modos de ver e conceber o mundo, visa contribuir tensionando o silenciamento de sujeitos epistêmicos marginalizados na bibliografia de disciplinas de graduação e pós-graduação.

2 Pensamento latino-americano na perspectiva de discurso e gênero

Refletir sobre o pensamento latino-americano na perspectiva de gênero é chave para revelar que a invisibilidade e o silenciamento das contribuições de mulheres são expressões androcêntricas (SÁNCHEZ, 1999; BAETA, 2015) ao serviço da dominação patriarcal. Deste

privilégio decorre a subordinação de gênero que aliena e coisifica as existências das mulheres. O pacto masculino, a comunidade de interesses (MENDOZA, 2010) e a homossociabilidade (DE ARMAS; VENEGAS, 2016) se expressam em práticas com viés sexista como a seleção prioritariamente masculina para ocupar cargos de destaque, integrar grupos de pesquisa, publicar e/ou participar de eventos relevantes.

O androcentrismo acadêmico é uma das invenções do patriarcado, uma disposição enraizada que reproduz a hegemonia masculina na ideia ocidental de ciência e universalidade que privilegia sujeitos biologicamente masculinos. Travestidas de cientificidade (SÁNCHEZ, 1999), a invisibilidade e silenciamento das contribuições de mulheres são expressões androcêntricas (BAETA, 2015) ao serviço da naturalização do campo acadêmico como lugar masculino. Desse privilégio decorre a subordinação de gênero que aliena e coisifica as existências das mulheres, e assim o androcentrismo opera como cativo da voz das mulheres para desconsiderar sua relevância (BLAZQUEZ GRAF, FLORES; RÍOS, 2012).

A epistemologia feminista revelou o emaranhado material e simbólico da hegemonia masculina, explicitando-o mediante as seguintes metáforas: teto de cristal, denota a invisibilidade dos constrangimentos que limitam a ascensão sócio profissional de mulheres; chão escorregadio, sobre a demora para acessarem emprego estável; escadas resvaladas, trata dos empecilhos à mobilidade hierárquica; muros de cristal, quanto aos entraves para mulheres conseguirem deslocamentos horizontais no interior de um mesmo nível hierárquico; cano furado, que indica que apesar de quantidade paritária de ingressantes as exigências institucionais incidem desigualmente sobre as mulheres estimulando sua deserção; e fronteiras de cristal, referindo-se aos obstáculos para se beneficiar de incentivos fora do país de origem.

A homossociabilidade (DE ARMAS; VENEGAS, 2016) nutre o pacto masculino na comunidade de interesses (MENDOZA, 2010) mediante práticas naturalizadas, como o viés sexista na seleção prioritariamente masculina para ocupar cargos de destaque, integrar grupos de pesquisa ou convites para publicações ou eventos. Trata-se da preferência por membros poderosos, com capacidade de influência ou melhor posicionalidade para troca de favores como critérios para a consolidação de redes sociais e profissionais. Essa distinção sexual introduzida pela modernidade colonial é política, oculta as contradições do capitalismo e do sistema de gênero (LUGONES, 2012).

Lugones (2012), filósofa argentina, e Mendoza (2010), acadêmica e feminista hondurenha, contribuíram ao debate do androcentrismo acadêmico a partir da noção de

colonialidade de gênero. Para Lugones (2012), esse conceito permite revelar um ser negado pela categoria mulher, a qual ideologicamente remete à irracionalidade, fragilidade e ausência de papel público, desse modo relegada à domesticidade. Porém, esse conceito não se fundamenta na América Latina, mas na teoria feminista indígena estadunidense e africana. Assim, não pode esgrimir-se como aporte latino-americano nem consegue apreender a experiência das mulheres latino-americanas. Desse modo, a articulação teórica feminista latino-americana é uma pauta política em aberto contra o silenciamento (MENDOZA, 2010) das contribuições das mulheres no discurso acadêmico.

Por discurso acadêmico-científico entendemos a produção e divulgação de textos situados que defendem atributos de rigor, clareza, formato genérico e estruturas léxico-gramaticais orientados para propósitos comunicativos específicos da academia (BOLÍVAR, 2004; BOLÍVAR; PARODI, 2014). Os gêneros acadêmicos tratam das práticas linguísticas e discursivas em contextos geralmente delimitados disciplinarmente (BOLÍVAR; PARODI, 2014). Esses gêneros atrelam-se a uma perspectiva de ciência e conhecimento ancorada no eurocentrismo, padrão de poder colonial e capitalista que derivou na colonialidade do poder-saber. Trata-se de um padrão cognitivo, no qual o não-europeu ou, ampliando para o imperialismo, o não-estadunidense, é constituído como inferior, “sempre primitivo”, enquanto a Europa atribuiu para si o estatuto da racionalidade pretensamente universal. A colonialidade enquanto legado epistemológico eurocêntrico instalado pela invasão colonial ibérica impede-nos a compreensão a partir de epistemes próprias. É um espelho “onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida” (QUIJANO, 1992, p. 116 e 126).

Apesar do pioneirismo do debate sobre a colonialidade do poder no trabalho de Quijano (1992), por exemplo, consideramos mais pertinente aos objetivos deste texto o conceito de colonialidade de gênero de Lugones (2012). Isso é devido à ausência, nos trabalhos mais citados no âmbito do pensamento decolonial, da discussão das desigualdades denunciadas pelos feminismos e à pouca visibilidade que se confere às contribuições feministas latino-americanas em contraste com a majoritária autoria de homens brancos-mestiços, presumidamente heterossexuais e de classe média (MENDOZA, 2010). Na contramão, a decolonialidade de gênero é ingrediente ativo na história de resistência ao sistema patriarcal, binário e heteronormativo.

Lugones (2014, p. 948) propõe reflexão sobre a construção de um feminismo decolonial, e define a colonialidade de gênero como

(...) exercícios de poder concretos, intrincadamente relacionados, alguns corpo a corpo, alguns legalistas, alguns dentro de uma sala onde as mulheres indígenas fêmeas-bestiais-não-civilizadas são obrigadas a tecer dia e noite, outros no confessionário. As diferenças na concretude e na complexidade do poder sempre circulando não são compreendidas como níveis de generalidade; a subjetividade corporificada e o institucional são igualmente concretos.

A noção de autoria de mulheres¹ se refere a diversas visões de mundo que ganham forma na produção autoral situada em uma pluralidade de profissões e ofícios como, dentre outras, docência, crítica literária, literatura, música, artes, cinema e variados campos de conhecimento científico (WUENSCH, 2015; ROSSINI, 2016). Dessa polifonia emergem formas de compreensão que tensionam a subordinação epistêmica das mulheres (RUANO-IBARRA; ARAÚJO, 2019). Assim, ao debruçarmos sobre a bibliografia priorizada para o ensino universitário e pós-graduado, buscamos explicitar as práticas que ao legitimar autorias canônicas silenciam outras, neste caso as de mulheres latino-americanas.

Os feminismos revelaram o emaranhado material e simbólico da hegemonia masculina explicitando desigualdades de gênero (DE ARMAS; VENEGAS, 2016), nas universidades os lugares de destaque administrativo e científico continuam sendo ocupados majoritariamente por homens. Em 2009, o Índice de Paridade de Gênero (IPG) na matrícula da educação superior a nível mundial passou a 1.08 favorecendo ligeiramente as mulheres (ORDORIKA, 2015). Por sua vez, entre 2014 e 2017 no Brasil, o percentual de mulheres que publicavam era de 55% (ALBORNOZ *et al.*, 2018). Esses dados, consideradas as desigualdades entre campos do saber e regiões geográficas, constata a presença feminina, aspecto que dilui a justificativa frequente sobre a ausência ou falta de contribuições das mulheres.

3 Metodologia

O objeto analítico que tomamos compõe-se de planos de ensino, especialmente suas bibliografias, como detalhamos a seguir. O plano de ensino, nos debates acadêmicos sobre o currículo, é entendido como produtor de significados que corporifica relações sociais (SILVA, 1997). Sua construção pressupõe domínio da temática da disciplina, neste caso pensamento latino-americano, e implica a seleção-priorização e inclusão de bibliografia considerada referência passível de ser ensinada na universidade. Segundo Eliana Zanata, Maria Mingui e

¹ Esse termo não é equiparável ou sinônimo para a “autoria feminina”. O vocábulo “mulher” se atrela ao sexo biológico podendo comportar maior amplitude ou flexibilidade para incluir pessoas que não performam atributos do mandato da feminilidade. “Feminina” é uma noção ancorada em construções e expectativas sociais sobre os papéis de gênero (RUANO-IBARRA; MOREIRA; FERRO, 2020).

Ana Daibem (2013), educadoras brasileiras, os planos de ensino se subordinam a diretrizes institucionais relativamente estáveis no tempo e ratificadas em instâncias superiores de gestão, delimita e articula o conteúdo na área específica de conhecimento da disciplina em questão. Podem ser considerados produções discursivas que entrelaçam os gêneros situados burocrático e acadêmico (RUANO-IBARRA, 2020).

De acordo com Casabone (2016), educadora argentina, os traços próprios e específicos desse gênero excedem o âmbito da administração pública. Sua função primordial é deslindar responsabilidades mediante trâmites e expedientes que afetam agentes e dinâmicas sociais, sendo, portanto, um gênero de governança (FAIRCLOUGH, 2003). Na Universidade de Brasília (UnB), por norma superior, ao início de cada oferta, docentes devem compartilhar com estudantes o plano de ensino detalhado, que inclui ementa, bibliografia e ferramentas de avaliação. A ementa não é suscetível a mudanças discricionárias de quem estiver responsável por ministrar uma oferta específica. Alterações podem ser incluídas somente por decisão colegiada.

Os dados foram analisados no âmbito de duas pesquisas. A primeira, já concluída, intitulada “Autorias femininas na disciplina Pensamento Social e Político Latino-Americano: Perspectiva crítica sobre os Planos de Ensino”, teve o objetivo de apurar a representatividade da autoria de mulheres e o enquadramento temático dessas autoras na bibliografia obrigatória dessa disciplina de graduação. A segunda é o estudo em curso intitulado “Autoria de mulheres no Pensamento Latino-Americano: gêneros situados, intertextualidade e interdiscursividade”, que busca uma aproximação teórico-metodológica entre a Sociologia da ciência, os feminismos e os estudos críticos do discurso.

Nesses estudos, a bibliografia obrigatória de disciplinas do ensino superior se constitui objeto empírico para reflexão sociológica. Essa dinâmica analítica enfatiza que esses documentos institucionais de gestão acadêmica universitária ultrapassam a função pedagógica e burocrática, pois a inclusão como referência imprescindível age, também, como mecanismo privilegiado de divulgação científica entre as novas gerações (RUANO-IBARRA, 2020). A divulgação é ação fundamental para a canonização de autorias masculinas em detrimento de outras. Conforme argumenta Pratt (2000), o cânone é uma estrutura auto confirmativa que se reproduz, principalmente, mediante a leitura aspecto fundamental da experiência intelectual.

Ao assumir a bibliografia priorizada nos planos de ensino como fonte empírica visamos indagar a reprodução de desigualdades de gênero, especificamente no tocante à

marginalização da autoria de mulheres no ensino superior e pós-graduado. A partir desse arranjo teórico-metodológico tratamos dos desdobramentos, relacionando-os à naturalização do campo acadêmico e do cânone como espaço predominantemente masculino. Se sobre essa priorização quanto no cânone pesam determinações e hierarquias sociais de gênero, raça e classe, no entanto, os critérios de inclusão-exclusão são instáveis e passíveis de mudança (PRATT, 2000). Ganha destaque nosso questionamento sobre a representatividade da autoria de mulheres como referencial bibliográfico.

O *corpus* da primeira pesquisa mencionada foi formado por nove edições do plano de ensino da disciplina Pensamento Social e Político Latino-Americano, ofertada desde o primeiro semestre de 2015 no Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA), do Instituto de Ciências Sociais da UnB. As edições aqui consideradas referem-se às ofertas ministradas entre o primeiro semestre de 2015 e o segundo de 2019, e investigamos as 81 referências bibliográficas incluídas como literatura obrigatória desse curso. Essa disciplina foi priorizada para o estudo em decorrência do silenciamento das contribuições de mulheres na bibliografia elencada na ementa, apontado por estudantes graduandas participantes de rodas de conversa idealizadas para vivenciar coletivamente o luto pelo feminicídio da estudante Louise Ribeiro nas dependências da UnB em 2016. As alunas instigaram o desenvolvimento de pesquisa sobre a paridade bibliográfica visando desnaturalizar a hegemonia da autoria masculina.

Nas nove edições, ministradas por professores do sexo masculino, somente 11% da bibliografia é de autoria de mulheres². Comparativamente, os índices de viés masculinizado apresentam-se mais dramáticos no contexto brasileiro. Em disciplinas de graduação em Relações Internacionais em universidades estadunidenses, por exemplo, a autoria masculina representa 79,1% quando ministradas por docentes homens. O viés diminui para 71,5% quando se trata de professoras (COLGAN, 2017).

A ideia síntese da segunda pesquisa mencionada, em andamento, é que as autorias de mulheres são sub representadas no cânone do pensamento latino-americano fundacional. Para desvendá-las, partimos de citações em publicações feministas e sobre movimentos de mulheres latino-americanas assim como das pensadoras do século XIX incluídas em Valdés (1997 e 2000), Pratt (2000), Salomone *et al.* (2004) e Wuensch (2015). Na busca ativa de mulheres

² Inferida a partir da subcategoria 'nome'. Como costumeiramente os nomes se configuram binariamente como masculinos ou femininos, essa inferência se fez necessária porque, salvo raras exceções, o sexo da autoria não se declara nas credenciais acadêmicas. Reconhecemos que o binarismo apaga identidades sexuais e de gênero e remete a entramados de violência hetero patriarcal.

citadas nessas publicações, a lista passou de oito autoras citadas por Valdés (2000) para 64 autoras. A partir desse mapeamento, avançamos na identificação de relações afetivas e intelectuais entre essas pensadoras latino-americanas fundacionais. Para tanto, os instrumentos de captura de dados são a revisão bibliográfica e documental, na pesquisa documental incluímos a revisão de *sites* biográficos objetivando o preenchimento de informações do perfil biográfico dessas pensadoras.

As categorias analíticas empregadas advêm dos estudos do discurso. A análise lexical nos interessou para este estudo porque toma por base as palavras em seu contexto iluminando os discursos a que remetem. Trata-se de desvendar os sentidos implicados nos vocábulos, e a implicação do processo de escolha terminológica. A categoria de intertextualidade em textos acadêmicos mapeia a frequência de citações configurando traço ou suporte disciplinar (BOLÍVAR, 2004), estabelecendo diálogo direto ou indireto com textos e autorias, interpretando ou integrando, usando paráfrases, alusões ou repetições.

4 Discussão

4.1 Análise interdiscursiva da bibliografia de autoria de mulheres

O Quadro 1, a seguir, mostra as categorias – autoria, gênero acadêmico e historicidade – e subcategorias a partir das quais indagamos a bibliografia de autoria de mulheres incluída nos planos de ensino analisados. Por autoria³ de mulheres, entendemos as diversas visões de mundo que ganham forma na produção autoral situada em uma pluralidade de profissões e ofícios como, dentre outras, docência, crítica literária, literatura, música, artes, cinema e variados campos de conhecimento científico (WUENSCH, 2015; ROSSINI 2016). Dessa polifonia emergem formas de compreensão que tensionam a subordinação epistêmica das mulheres.

A pessoa autora assume a função social a partir de suas representações socio subjetivas e da situação concreta de enunciação. Níveis de autoria inter-relacionam-se com âmbitos de responsabilidade enunciativo-discursiva em relação aos discursos de outrem, como 1) transcrição *ipsis litteris*; 2) parafraseio formal ou mudança restrita a ordem de palavras; 3) parafraseio semântico ou preservação do conteúdo citado; 4) parafraseio mediante as próprias

³ Essa noção requer atualização que reconheça os avanços informacionais impostos pelo capitalismo cognitivo, como o compartilhamento de dados na internet e os movimentos pelo livre acesso a bens imateriais (PIRES; LIMA, 2020).

palavras; 5) posicionamento valorativo sobre a citação; 6) reinterpretação dentro ou fora do domínio discursivo de origem do enunciado citado, e 7) questionamento e modificação, dentro e fora do domínio discursivo de origem da citação (PEREIRA; LEITÃO, 2015).

As oito autoras, cujas contribuições foram incluídas na bibliografia analisada, se localizam disciplinarmente nas áreas de Sociologia, História, Antropologia, Ciências Sociais, Direito e Economia. Institucionalmente comportam vínculos com instituições latino-americanas de ensino superior de Argentina, Brasil, Chile e México, apenas uma declarou pertencimento a uma organização da sociedade civil. Esta constatação confirma nosso argumento, tecido nas páginas anteriores, sobre o predomínio do gênero situado acadêmico, o que não surpreende no domínio discursivo de nosso objeto. Essa prevalência, contudo, revela a colonialidade do saber: denota quais dispositivos são considerados legítimos para serem ensinados e aprendidos.

Quadro 1 - Perfil da bibliografia da autoria de mulheres incluída no Plano de Ensino da disciplina Pensamento Social e Político Latino-Americano.

Categoria	Autoria	Gênero acadêmico			Historicidade
		Título	Gênero textual	Editora- revista	
Subcategoria	Nome e Sobrenome- localização disciplinar inst. geográfica				
	Gema van der Haar Sociologia. U. Wageningen (Holanda)	a. El movimiento zapatista en Chiapas: dimensiones de su lucha	Manuscrito	Labour Again Publications	2005
	Virginia Fontes. História. Fiocruz (Brasil)	b. O Brasil capital-imperialista. [Livro: O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história]	Capítulo de livro	UFRJ	2010
		c. Capital-imperialismo brasileiro: controvérsias e novos dilemas		UFRJ	2010
	Teresa Valdés. Socióloga. Observatorio de Género y Equidad (Chile)	d. <i>Estudios de Género: una mirada evolutiva desde el cono sur</i>		UBA	2007
	Carla Ferreira. História. UFRJ (Brasil)	e. A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e	Capítulo de tese de doutorado	UFRGS	2012

Categoria	Autoria	Gênero acadêmico			Historicidade
Subcategoria	Nome e Sobrenome-localização disciplinar inst. geográfica	Título	Gênero textual	Editora-revista	Ano
		conflitos do capitalismo dependente petroleiro-rentista (1989-2010)			
	Simone Pinto. Direito. UnB (Brasil)	f. O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento	Artigo	Sociedade e estado	2012
	Rebecca Lemos Igreja Antropologia UnB (Brasil)	g. Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural		Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas	2014
	Ana Esther Ceceña. Economista UNAM (México)	h. <i>La dominación de espectro completo sobre América Latina</i>		Revista Novos Rumos	2016
	Agustina Garino Ciências sociais Flacso (Argentina)	i. <i>Rodolfo Stavenhagen, las tesis Latinoamericanas</i>	Resenha	Revista Análisis Político	2018

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Essas referências enquadram gêneros situados acadêmicos, podendo ser agrupadas assim: a) artigo publicado em revista científica; b) capítulo de livro; c) capítulo de tese; d) resenha publicada em revista científica, e) manuscrito divulgado em *site* especializado. Artigo científico e capítulo de livro concentram dois terços das referências, cada gênero com igual quantidade. Esse dado indica que, apesar da crescente relevância do artigo como instrumento de disseminação e divulgação do conhecimento científico, o capítulo de livro teria contornado o questionamento, segundo Alves (1992), educadora brasileira, de que os livros se comparados aos artigos refletem com certo atraso o estado da arte do campo em questão.

A categoria historicidade permite problematizar o idioma e a dimensão histórico-temporal dessa bibliografia. Mais da metade dessas referências está escrita em Língua Portuguesa, aspecto acorde com as normativas brasileiras que estabelecem predominância da língua oficial quando se trata de cursos de graduação. De outra parte, a inclusão somente das línguas ibéricas oculta o pensamento latino-americano escrito em francês, para os casos de Haiti

e Guianas, e as mais de 420 línguas indígenas⁴ desconhecidas na divulgação científica. Essa hegemonia linguística revela a colonialidade constitutiva do saber científico. Rivera (2013), antropóloga peruana, trata da escala de dominação e prestígio linguístico para denunciar a marginalização e estigmatização das línguas nativas e as pessoas falantes.

Considerando a definição de Marini (1994) que associou o pensamento latino-americano à formação dos estados nacionais no século XIX, o fato da referência mais antiga do *corpus* ser de 2005 instigou a indagarmos sobre a autoria de mulheres pioneiras. Identificamos 61 pensadoras, situadas em onze países – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. Essas pensadoras contribuíram formando um amplo e heterógeno *corpus* para, desde perspectivas ecléticas, questionar diferentes assuntos, entre eles as ideologias patriarcais. Trataremos sobre elas na seguinte seção.

As intelectuais latino-americanas do século XIX escreveram numa pluralidade de gêneros discursivos e se envolveram ativamente nos assuntos públicos. Nesses textos, foram compelidas a nomear o patriarcado para questioná-lo (PRATT, 2000), porém a cidadania das mulheres foi apenas uma de suas principais preocupações. Por isso, a bibliografia canônica exige ser pensada dialeticamente. Por exemplo, numa disciplina de Pensamento Social e Político Latino-Americano, seria relevante alertar para o caráter androcêntrico do destaque fundacional atribuído por Zea (1976) a Simón Bolívar, considerando a *Carta de Jamaica*. O caráter androcêntrico dessa atribuição repousa no esquecimento da autoridade histórica e política de Manuela Sáenz e seu “aprimorado senso geopolítico e perspectiva transfronteiriça latino-americana, além de ser a primeira exilada política do continente” (RUANO-IBARRA; RESENDE, 2022, p. 423).

Focalizemos os agrupamentos temáticos construídos a partir das palavras-chave que compõem os títulos analisados: 1) sistematização do pensamento social e político latino-americano; 2) capital-imperialismo; 3) capitalismo dependente petroleiro-rentista; 4) dominação geopolítica; 5) estudos de gênero; 6) zapatismo; 7) afrodescendentes; 8) América Latina e Caribe e 9) Cone Sul. Os cinco primeiros agrupamentos referem campos de estudo ou conceitos; zapatismo e afrodescendentes indicam categorias sociopolíticas; já os últimos termos, além de categorias geográficas, referem-se a objetos analíticos. A partir disso e do

⁴ O subcontinente possui 99 famílias linguísticas, tornando-se a região linguística mais rica do planeta. A *Arawak* é a família linguística mais extensa abrange desde Centro América até a Amazônia, dela procedem 40 línguas. Dentre 103 idiomas nativos transfronteiriços, o quíchua é falado na Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru (UNICEF, 2007).

critério de proximidade temática, esse agrupamento inicial desdobrou-se no enquadramento temático apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Enquadramento temático dos títulos.

Título	Temática
O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história	Capitalismo
Capital-imperialismo brasileiro: controvérsias e novos dilemas	
A classe trabalhadora no processo bolivariano da Venezuela. Contradições e conflitos do capitalismo dependente petrolero-rentista (1989-2010)	
<i>El movimiento zapatista en Chiapas: dimensiones de su lucha</i>	Minorias políticas
Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural	
<i>Estudios de Género: una mirada evolutiva desde el cono sur</i>	
<i>La dominación de espectro completo sobre América Latina</i>	Geopolítica
O pensamento social e político latino-americano: etapas de seu desenvolvimento	Sistematização do pensamento latino-americano
<i>Rodolfo Stavenhagen, las tesis Latinoamericanas</i>	

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

O Quadro 2 permite tecer as seguintes inferências: a maioria dos textos se enquadra em duas temáticas; as três primeiras temáticas remetem à Teoria Social latino-americana, em que os estudos sobre o capitalismo⁵ têm centralidade. Além disso, os títulos e gêneros – artigo de revisão e resenha – das duas referências que remetem à sistematização do pensamento latino-americano indicam que as autoras se debruçaram sobre contribuições de autoria masculina com certo caráter canônico.

Segundo Pratt (2000), crítica literária e linguista estadunidense, sobre o cânone pesam determinações e hierarquias sociais de gênero, raça e classe, no entanto, os critérios de inclusão-exclusão são instáveis e passíveis de mudança. Nessa trilha, ganha destaque nosso questionamento à exclusão de contribuições da autoria das mulheres no século XIX. Nesse

⁵ Vania Bambirra (1940 -2015), economista, socióloga e cientista política brasileira é usualmente excluída das referências canônicas desta temática, dentre os mais conhecidos 1. Ramiro Guerra (1880-1970), historiador, economista e pedagogo cubano; 2. José Carlos Mariátegui (1894-1930), escritor, jornalista e pensador político peruano; 3. Victor Raul Haya de la Torre (1895-1979), filósofo político peruano; 4. Caio Prado Junior (1907-1990), historiador brasileiro; 5. Sergio Bagú (1911-2002), jornalista, advogado, historiador e sociólogo argentino; 6. Julio César Jobet (1912-1980), historiador, político e intelectual chileno; 7. Rafael Ramos Pedrueza (1897-1943), intelectual mexicano; 8. Silvio Frondizi (1907-1974), advogado e intelectual marxista argentino; 9. José Revueltas (1914-1976), escritor e ativista político mexicano; 10. Pablo González Casanova (1922), sociólogo mexicano; 11. Raúl Prebisch (1901-1986), político, acadêmico e economista argentino; 12. Celso Furtado (1920-2004), economista brasileiro; 13. Aníbal Pinto (1825-1884), advogado e político chileno e 14. Gino Germani (1911-1979), sociólogo argentino.

aspecto, salientamos que priorizar referências bibliográficas na composição de um plano de ensino é um ato de poder. Essa inclusão contribui para a divulgação e fidelização entre as nascentes comunidades intelectuais, pois as referências apresentadas constituirão o acervo bibliográfico das novas gerações de profissionais. Por isso, ponderamos que, ao definir prioridades bibliográficas, tacitamente se relegam autorias, temáticas e debates. Assim entendemos a afirmativa da socióloga brasileira Citeli *et al.* (2015), quando afirma que a priorização bibliográfica se desdobra em ritualização discursiva, qualificação, fixação de autoridade e legitimação.

A incipiente inclusão da autoria de mulheres nos planos de ensino analisados mostra que, apesar da crescente contribuição intelectual, as práticas excludentes nos mantêm à margem. Isso se torna mais dramático porque, conforme a arqueóloga brasileira Loredana Ribeiro *et al.* (2017, p. 1093), embora “uma não desprezível parcela de mulheres particip[e] da comunidade científica”, as assimetrias de gênero são naturalizadas. Por isso, o campo acadêmico apenas timidamente reflete sobre a equalização de gênero na produção e circulação de ideias. Nesse sentido, justifica-se a importância de indagar, por exemplo, sobre o porquê da carência de regras explícitas em relação à paridade na composição de gênero na bibliografia das diferentes disciplinas de ensino superior.

Partindo da premissa de que as práticas androcêntricas não são exclusivas do gênero masculino, mediante a categoria de intertextualidade nos debruçamos sobre as citações de autoria de mulheres e a auto referenciação. Segundo Rodríguez (2021), socióloga argentina, citações acadêmicas atribuem autoridade⁶ discursiva aos saberes e vivências. Não encontramos citações cruzadas entre as referências em análise. O Quadro 3 mostra, em contraste com as porcentagens de citação acadêmica referidos por Colgan (2017), que a maioria das autoras utilizou mais de 20% de referências de autoria de mulheres. Esse dado poderia ser lido como indicativo de mudança favorável às mulheres, mas quando a indagação focaliza o regime de citações para cada tema se ratifica a permanência das práticas androcêntricas.

Destacamos que dos quatro temas apresentados no Quadro 3, capitalismo e sistematização do pensamento latino-americano abraçam os textos com menor porcentagem de autoria de mulheres. Vale lembrar que anteriormente pontuamos que o cânone privilegia

⁶ Embora nosso foco, cabe mencionar a existência de outras práticas como a citação-recompensa, a citação-agradecimento, a citação-política – para incidir no aceite para publicação – e a citação-álibi – destinada a dissipar o ceticismo, por exemplo.

temáticas e debates, além de autorias. Essa afirmativa permite salientar que a temática do capitalismo é tributária do debate hegemônico na teoria social latino-americana – aqui nos referimos às construções sobre centro-periferia e dependência. Como dito nas páginas anteriores, esses estudos projetaram a autoria masculina e o ocultamento das mulheres. Por isso, não surpreende que as publicações voltadas para sistematizar o pensamento latino-americano reincidam no regime androcêntrico de citações.

Observamos a utilização paritária de referências de autoria de mulheres na maioria dos textos da temática de minorias políticas. Essa constatação remete aos debates sobre a divisão sexual do trabalho intelectual e a feminização de certos campos de pesquisa, ambas manifestações androcêntricas. A autoria de mulheres alcançou 60% no texto de Valdés (2007), cientista social argentina. Surpreende que esse índice não fosse maior, pois o texto se volta para os estudos de gênero no Cone Sul, campo em que habitualmente se desempenham mulheres e sujeitos com identidades de gênero não binárias. As referências masculinas citadas por Valdés (2007) são euro-estadunidenses de prestígio, porém sua contribuição ao argumento temático em tela é tênue, aspecto que sugere a colonialidade do saber e de gênero.

Quadro 3 - Disparidade de gênero e autocitação na bibliografia de autoria de mulheres.

Temática	Referência	%	
		Citações de autoria de mulheres	Auto referenciação
1. Capitalismo	Ferreira (2012)	11	1,3
	Fontes (2010)	15	0,9
2. Sistematização do pensamento latino-americano	Garino (2018)	25	0
	Pinto (2012)	9	3
3. Minorias políticas	Igreja (2014)	21	5
	van der Haar (2005)	54	13
	Valdés (2007)	60	8
4. Geopolítica	Ceceña (2016)	46	46

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O índice de autocitação somente supera 50% em três das oito referências, Valdés (2007), Ceceña (2016) e Van Der Haar (2005). Como essa expressividade se localiza na temática voltada para minorias, inferimos que esse dado também sinaliza as consequências do androcentrismo intelectual. Focalizar a auto referenciação é relevante porque essa prática demonstra suficiência para acrescer o estado da arte do assunto desenvolvido. Além disso, mediante autocitações⁷ se estabelecem elos entre produções acadêmicas próprias, revelando

⁷ Não devemos esquecer, contudo, que a redundância superior a 20% (SARAIVA; CARRIERI, 2009) e o autoplágio comprometem a cientificidade (VAZQUEZ MOCTEZUMA, 2016).

amadurecimento do raciocínio autoral. Acreditamos que a incipiente porcentagem no *corpus* estudado não se dissocia do contexto amplo de marginalização do trabalho científico das mulheres.

A ruptura desse contexto se potencializa quando refletimos sobre o lugar a partir do qual escrevemos, sobre como e para que criamos textos acadêmicos. Esses questionamentos refletem-se na noção de palavra-corpo-geografia (SOTELO, 2019) e na Escrita Crítica Orgânica (ECO), cunhada pelos estudos socioculturais e lutas feministas. Nesse processo reflexivo e criativo, sopesamos a imitação, a reprodução e a influência para assumir o sentido comunitário da criação intelectual (ANZALDÚA, 2015). Conforme a doutora em retórica e comunicação mexicana Rojas (2016), desse modo damos espaço ao autorreconhecimento da voz própria e tensionamos a sutileza das práticas androcêntricas que configuram a gramática do silenciamento e a retórica da superioridade masculina.

4.2 Autorias de mulheres latino-americanas do século XIX

O viés androcêntrico, fruto do patriarcado, incide na hegemonia da autoria masculina, reflete desigualdades interseccionais e configura os sujeitos representados como intelectualidade latino-americana. De acordo com Van Leeuwen (1997 e 2008), nos estudos críticos da linguagem a chave analítica exclusão/inclusão permite compreender as representações de atores sociais em textos. A exclusão total omite toda alusão a determinados atores sociais em textos, como no caso da lista masculinizada de 14 intelectuais de América Latina, apresentada em Pinto (2012), que excluiu mulheres. Na exclusão parcial, por outro lado, pode haver menções em segundo plano ou sub-representações (VAN LEEUWEN, 1997), por exemplo no caso de Valdés (1997), primeiro autor a reconhecer contribuições de mulheres a dito pensamento, que incluiu somente a peruana Clorinda Matto de Turner (1852-1909) e a equatoriana Marieta Veintimilla (1858-1907). Essa inclusão genérica revestiu conotação estereotipada, pois ao referir somente dois nomes perante um amplo leque de nomes de homens configurou a autoria de mulheres como raridade.

Posteriormente, Valdés (2000) optou por agrupar, em capítulo intitulado *Los temas de las mujeres: inferioridad y expresión*, autorias da escritora argentina Victoria Ocampo (1890-1979), da poeta argentina Alfonsina Storni (1892-1938), da educadora cubana Maria Dulce Borrero (1883-1945), da poeta chilena Amanda Labarca (1886-1975), da escritora chilena Gabriela Mistral (1889-1957) e da peruana Clorinda Matto de Turner. Essa inclusão por homogeneização resultou em negação das especificidades das seis pensadoras e da amplitude

temática de suas produções. Os termos “inferioridade e expressão” operacionalizam a segregação de gênero, denotam a divisão sexual do pensamento latino-americano e as práticas de subvalorização da autoria de mulheres latino-americanas. Segundo Smith (2016), esse equívoco redundava negativamente na autoridade intelectual e na progressão profissional das mulheres.

Principalmente a partir da década de 1980 os feminismos, perante o obstáculo epistemológico imposto pelo androcentrismo intelectual, visibilizam a relevância das contribuições das mulheres à ciência. Esse esforço com tendência crescente se manteve até finais da década de 1990, focalizando a invisibilidade e a restrita representação de mulheres nas diferentes áreas do saber (CITELI *et al.*, 2015; MIQUEO *et al.*, 2003). No Brasil, Ferreira *et al.* (2008, p. 44), ao indagarem “por que as mulheres publicam menos?”, encontraram que nas últimas décadas do século XX a porcentagem da autoria de mulheres na verdade equiparou-se à autoria masculina.

Ao questionar a exclusão estereotipada de Valdés (2000), advertimos que esse encurralamento sugere, além da existência de um denominador comum entre as produções de mulheres latino-americanas do século XIX, sua predileção por aquelas temáticas em detrimento de outras. Interrogamos se a suposta centralidade dos fenômenos sociais que afetavam as mulheres latino-americanas da época necessariamente implicaria em refração perante outras preocupações intelectuais. Nesse sentido, cabe aventar que “inferioridade e expressão” poderiam ser somente reiterações temáticas na agenda dessas pensadoras.

Para ponderar a pertinência dessas ilações, parece-nos imprescindível ampliar o catálogo de pensadoras latino-americanas do século XIX. Para tanto, a pergunta norteadora é: quais são as autorias de mulheres fundacionais do pensamento latino-americano do século XIX? Essa indagação dialoga com Pratt (2000), segundo a qual o rastreamento e a enumeração histórica são fundamentais para constatar a participação das mulheres latino-americanas na história, na cultura e na vida pública. E para enfatizá-las como sujeitos históricos plenos, capazes de empreender ações significativas, incluindo no campo intelectual. Nos termos de Ana Míriam Wuensch (2015), detalhamos contribuições de autoria de mulheres, em diálogo com elas, desde o presente, para que sua existência não se reduza a um dado esgotado.

Mais do que rastrear, haveria que traçar a genealogia da autoria de mulheres latino-americanas, implicando em rigorosa delimitação do tempo histórico de surgimento dessas contribuições, de modo a adensar a compreensão e contornar o anacronismo. A genealogia em

chave feminista é uma estratégia teórico-metodológica e ético-política de recuperação dos legados das mulheres em todos os âmbitos da vida social. Epistemologicamente, a genealogia é um convite a revisitar pensamento e ação política de mulheres para promover a inflexão do poder patriarcal. Ao optar pela abordagem histórica da dominação patriarcal e seus desdobramentos no ocultamento deliberado da presença e potência das mulheres na história, essa genealogia-memória é um labor de compilação de aportes dispersos e um exercício de inerente tensão e provisoriedade, que se debruça no presente com consciência do passado (RESTREPO, 2016).

Antes de pretender apresentar uma lista exaustiva ao nomeá-las, alertarmos para o ocultamento da autoria de mulheres como prática que compromete a cientificidade. Sua exclusão da bibliografia de uma disciplina dedicada ao pensamento latino-americano aponta o androcentrismo mascarado em definições canônicas sobre o que seja o pensamento latino-americano. Sua localização na literatura, poesia, jornalismo, educação, medicina, sindicalismo e campo político-partidário atesta a relevância de seus *pensamentos latino-americanos* e indica que o silenciamento da autoria de mulheres não se limita aos campos historicamente estigmatizados – arte e literatura –, cuja estigmatização também problematizamos.

Como resultado provisório do mapeamento, atividade de pesquisa em finalização, temos 64 pensadoras, de 13 países latino-americanos: uma pensadora da Venezuela; duas do México; duas de Porto Rico; três da Bolívia; três da Colômbia; três do Equador; quatro do Uruguai; cinco do Brasil; cinco do Peru; oito do Chile; 14 de Cuba e 14 da Argentina. Segundo a socióloga argentina Beigel (2013), Argentina, Brasil, Chile e México integram o circuito hegemônico do pensamento latino-americano, e nessa trilha chama a atenção que Cuba reporte igual número de pensadoras que Argentina e significativamente maior quando comparado a Brasil, Chile e México. Para tentar compreender isso, apontamos duas hipóteses a serem estudadas: a produção cubana de pensamento do século XIX teria maior dinamismo que a dos séculos posteriores ou o dinamismo da divulgação sobre a produção intelectual cubana em nossos dias incide como facilitador na localização dessas pensadoras.

Preliminarmente, o poema e o romance⁸ emergem como os gêneros do discurso mais frequentes na obra dessas pensadoras. Os romances de autoria de mulheres geralmente foram publicados inicialmente como “novela de folletín” ou “novela por entregas”, gênero literário de

⁸ Segundo Salomone *et al.* (2004), ambos compõem o gênero literário maior. De outra parte, as cartas, autobiografias, testemunhos, escritos breves ou crônicas são catalogados como gêneros literários menores.

divulgação “continuada e seriada”, “localizado na parte inferior da primeira página do jornal, abaixo dos anúncios de produtos estadunidenses e europeus” (WESTPHALEN, 2015, p. 50). A escritora argentina Juana Paula Manso (1819-1875) publicou os romances *La familia del Comendador* e *Los misterios del Plata* em jornais argentinos. A escritora colombiana Soledad Acosta de Samper (1832-1901) publicou o romance *Dolores. Cuadros de la vida de una mujer* (1867), no jornal *El Mensajero* (Colômbia). A escritora argentina Eduarda Masilla (1834-1892) publicou o romance *Pablo ou la vie dans les Pampas*, escrito originalmente em francês, na revista *L'artiste* (França) e posteriormente publicado pela editora E. Lachaud, em 1869.

A conferência, gênero textual oral, também deve ser considerada, pois um número expressivo de textos jornalísticos⁹ e cartas publicadas foi originalmente concebido como peça oratória¹⁰ (PRATT, 2000). Kauffmann (2001) relata que Juana Paula Manso era “insultada”, e eram “apedrejados” os locais de apresentação oral de suas conferências. Tal truculência indica que o uso desse gênero discursivo, quando agenciado por mulheres, constituía uma transgressão aos padrões sociais da época. Segundo Cruz (2005), nas noites de quarta-feira, entre julho e setembro de 1876, em Lima (Peru), aproximadamente quarenta pessoas se reuniam para discutir conferências sobre a educação das mulheres e seu papel na sociedade. Juana Manuela Gorriti e Mercedes Belzu Gorriti de Dorado apresentaram textos originais nessas conferências.

Pelos limites de espaço neste artigo, exemplificamos os achados da pesquisa em andamento com a inclusão do perfil biográfico apenas das pensadoras nascidas nas duas primeiras décadas do século XIX (Quadros 4 e 5). Ao usarmos o ano de nascimento como estratégia de organização-agrupamento e apresentação dos dados preliminares, colocamos em relevo o caráter provisório das categorias que norteiam a formatação desse perfil. Essa informação aparece completa somente em alguns casos, aspecto que denota o caráter investigativo da tarefa. Porém, essas lacunas e a dificuldade de achar essas informações configuram em si um dado relevante, que confirma os nossos pressupostos de pesquisa.

⁹ As primeiras publicações de Clorinda Matto de Turner, Delmira Agustini e Isabel Allende foram textos jornalísticos breves. Para Juana Paula Manso, Juana Manuela Gorriti, Marta Brunet, Alfonsina Storni e Rosario Castellanos, escrever textos jornalísticos foi sua fonte de ingressos e oportunidade de adentrar o campo da escrita. De textos jornalísticos se compõem os livros *Mujer que sabe latin*, de Rosario Castellanos, e *Feminismo contemporâneo* de Amanda Labarca (PRATT, 2000).

¹⁰ Por exemplo, *Obreras del pensamiento*, de Matto de Turner, apresentada na Academia de Buenos Aires em 1895, *La influencia de las mujeres en la formación del alma americana*, de Teresa de la Parra, apresentada em Bogotá, em 1930, o discurso sobre a condição das mulheres, de Amanda Labarca, apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, e as falas radiofônicas de Victoria Ocampo (PRATT, 2000). A aproximação às contribuições escritas de autoria de mulheres, portanto, deve abrir-se para a oralidade, o visual e gestual como formas expressivas e registros de enunciação (SALOMONE *et al.*, 2004).

Quadro 4 - Perfil biográfico de pensadoras latino-americanas nascidas na primeira década do século XIX.

Nome, estado civil, descendência	Nascimento, Falecimento, causa da morte	País	1ª obra publicada e obra destacada	Perfil político-profissional, raça-etnia e classe
1. Josefa Acevedo de Gómez Casada (1850) Separada por aproximadamente duas décadas, a partir de 1835, esposo ‘irascível e violento’. Duas filhas.	1803-1861	Colômbia	<i>Tratado sobre economía doméstica para el uso de las madres de familia y las amas de casa</i> (1848). <i>Cuadros de la vida privada de algunos granadinos</i> (1860).	Escritora.
2. Isidora Zegers y Montenegro 1º casamento (1829) Viúva (1830) 2º casamento (1835) Nove filhos, três do primeiro casamento e seis do segundo.	1803-1869	Chile	<i>Les regret d'une bergère</i> (1823) <i>La coquette fixée</i> (1823).	Compositora e intérprete musical. Cofundadora da Sociedade Filarmônica Chilena (1827). Cofundadora do 1º Conservatório Nacional de Música (1852). 1ª Presidenta da Academia Superior de Música (1852). Participou da primeira publicação da revista de música, <i>El Semanario Musical</i> .
3. Mercedes Marín del Solar Casada (1830) Dois filhos	1804-1866	Chile	<i>Canto Fúnebre a la Muerte de Don Diego Portales</i> (1837), Poema.	Educadora. Poeta. “Señora Chilena” (pseudônimo). Idealizadora da campanha contra a pena de morte aos revolucionários do levantamento de <i>La Serena e Copiapó</i> (1859).
4. Rosario Orrego 1º casamento (1828) Viúva (1874) 2º casamento (1874)	1804-1897	Chile	<i>Alberto el jugador</i> (1860), romance. <i>Los busca vidas: novela de costumbres</i> (1862), romance. <i>Teresa</i> (1870), romance.	Escritora. Educadora. Fundadora da revista <i>Valparaíso</i> (1873). Primeira mulher na academia chilena de letras (1872). “Uma Madre” (pseudônimo utilizado até 1872).

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dos dados biográficos do Quadro 4, destacamos o uso de pseudônimos ou assinatura apenas com as iniciais do nome e sobrenome, o que sugere agenciamentos de mulheres da época como transgressões e a consequente negação da agência epistêmica na divulgação de suas obras. Excetuando a escritora argentina Alfonsina Storni (1892-1938), filha de migrantes suíços, e a escritora feminista e sindicalista porto-riquenha Luisa Capetillo (1879-1922), as pensadoras latino-americanas em questão pertenciam à classe social aristocrática.

Pelos privilégios de classe e as condições do estado civil como mulheres casadas com aristocratas, seu acesso ao ensino cumpria requisito de torná-las aptas para o casamento, especificamente o desenvolvimento de aptidão para conversar sobre cultura geral e temas de atualidade. Há que frisar as mulheres que optaram por permanecer solteiras, uma forma de transgressão da instituição matrimonial como destino único. Nesse grupo, além de Alfonsina Storni e Luisa Capetillo, temos a boliviana María Josefa Mujía (1812-1888), a escritora negra brasileira Maria Firmina dos Reis (1825-1917), a argentina Rosa Guerra (1834-1864), a chilena Gabriela Mistral (1889-1957) e a venezuelana Ana Teresa de la Parra Sanojo (1889-1936).

Quadro 5 - Perfil biográfico de pensadoras latino-americanas nascidas entre 1812 e 1819.

Nome, estado civil, descendência.	Nascimento, Falecimento, causa da morte	País	1ª obra publicada e obra destacada	Perfil político-profissional, raça-etnia e classe.
María Josefa Mujía Solteira.	1812-1888	Bolívia	“La Ciega” (1850), poema. <i>A la Virgen Santísima del Rosario</i> (1852), novela.	Poeta. Perdeu a visão aos 14 anos.
Gertrudis Gómez de Avellaneda Casada (1846) Viúva (1863) Mae solo (1847)	1814-1873	Cuba	<i>Sab</i> (1841), romance abolicionista. <i>Dos mujeres</i> (1842), novela sobre o divórcio.	Novelista. Dramaturga e poetisa. “La Peregrina” (pseudónimo).
Manuela Rosas ou Manuela Robustiana Ortiz de Rozas Casada (1852) Viúva (1904) Dois filhos	1817-1898	Argentina		Política. Exílio (1952-1898). Após falecer a mãe, Encarnación Ezcurra (1795- 1838), assumiu influência política sobre seu pai, Juan Manuel de Rosas (1793-1877) governador de Buenos Aires (1829 e 1832; 1835 e 1852).

Juana Manuela Gorriti Zuviria Casada (1833), Separada (1840) Viúva (1865) Mae de duas filhas, a caçula também escritora (Mercedes Belzu Gorriti de Dorado, 1835-1879).	1818-1892	Argentina	<i>La Quena</i> (1845), romance.	Escritora. Periodista. Professora. Fundadora (1877) e editora (1877-1878) da revista La Alborada del Plata (Argentina). Cofundadora da revista La Alborada de Lima (1874). Inaugurou a escola de primeiras letras de Lima (Peru).
Juana Paula Manso Casada (1844) Separada (1853) Duas filhas	1819-1875	Argentina	<i>La Mujer Poeta</i> (1838), poemario. <i>A Corrientes vencedoras</i> (1841), poemario. <i>Recopilación de cuentos y poesías</i> (1843), livro.	Escritora, Educadora. Tradutora. Abolicionista. Exilada no Uruguai e no Brasil (1840-1853). Editora da revista Anales de la Educación común (1865-1875) Fundadora do Jornal de senhoras (1852), no Brasil. Fundadora da revista Álbum de Señoritas (1854), Argentina. “Joven argentina” (pseudônimo).
Juana Manuela Laso de Eléspuru Casada (1839) Viúva (1886) Um filho	1819-1905	Peru	<i>Amor a la libertad</i> (1851), comedia. <i>El deseo de figurar</i> (1874), peça teatral.	Escritora. Jornalista.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Dos perfis biográficos no Quadro 5, destacamos o engajamento com o movimento abolicionista da argentina Juana Paula Manso, da cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda e da escritora negra brasileira Maria Firmina dos Reis (1825-1917). Esse dado aponta a ativa participação das mulheres latino-americanas do século XIX na história e vida pública de sua época, transgredindo a demarcação doméstica sobre suas existências. O ideário antiescravista do século XIX nas Américas desenvolveu as ideias do século anterior em diálogo com os aportes da Ilustração europeia (ROCHA, 2000). A ação política e a sensibilidade humanitária dessas mulheres contra a escravatura demandava a urgência das reformas em prol dos direitos das pessoas escravizadas.

Outro elemento analítico que emana desse perfil biográfico é o exílio como forma de violência política e estratégia de intimidação nos países da América Latina. Como categoria sociológica, refere-se a rupturas e perdas de modos de existência em situações socio-históricas e eventos com envergadura social sobre grupos e sujeitos específicos (BOLZAM, 2012), conotando diásporas em diferentes latitudes e uma pluralidade de experiências de exílio. A situação de exílio pode constituir conjunturas de inovação na produção intelectual demarcadas pela possibilidade de troca com pares internacionais. Por exemplo, o campo intelectual do México da década de 1970 emergiu como espaço profícuo para as ciências sociais e humanas latino-americanas (SUASNÁBAR, 2016). O exílio republicano foi vivenciado por Mercedes Belzu Gorriti de Dorado, exilada no Peru; por Manuela Rosas, exilada durante 1852 e 1898; por Juana Paula Manso, exilada no Uruguai e no Brasil entre 1840-1853; pela equatoriana Marieta Veintimilla, exilada durante 1884 e 1898; e pelas cubanas Ana María de la Soledad Betancourt (1832-1901), exilada entre 1871 e 1875, em Estados Unidos, México, El Salvador, Espanha e Jamaica, e Aurélia Castillo de González (1842-1920), exilada na Espanha entre 1874 e 1898.

Mulheres latino-americanas foram fundadoras e editoras de revistas produzidas integralmente por elas e voltadas para assuntos de interesse de mulheres da época. Esse dado diz respeito à maturidade intelectual, posicionamento e inserção político-cultural dessas pensadoras.

A seguir listamos algumas dessas revistas fundadas por pensadoras latino-americanas entre 1830 e 1926:

- a) *La Aljaba* (Argentina, 1830), fundada pela escritora uruguaia Petrona Rosende de Sierra;
- b) *La Camelia* e *La Educación*, fundadas ambas em 1852, na Argentina, por Rosa Guerra;
- c) *Jornal de senhoras* (Brasil, 1852) e *Álbum de Señoritas* (Argentina, 1854), fundadas pela argentina Juana Paula Manso;
- d) *El Céfitro* (Cuba, 1866), fundada pela cubana Domitila García Doménico de Coronado;

- e) *La Alborada de Lima* (Peru, 1874) e *La Alborada del Plata* (Argentina, 1877), respectivamente co-fundada e fundada pela argentina Juana Manuela Gorriti Zuviria;
- f) *La Mujer* (Colômbia, 1878), fundada pela colombiana Soledad Acosta de Samper. Cofundou a revista *Americana* (Lima), em 1863 e fundou a revista *La Familia* (1881), *El Domingo de la Familia Cristiana* (1889), de *El Domingo* (1898) e *Lecturas para el hogar* (1905);
- g) *La Armonía* (Cuba, 1882), fundada pela cubana Lucrecia González Consuegra;
- h) *Renascença* (Brasil, 1923), fundada pela cubana Maria Lacerda de Moura (1848-1929), e
- i) *Letras y encajes* (Colômbia, 1926), fundada pela colombiana Sofía Ospina de Navarro (1892-1974).

Sobre a relevância dessas publicações periódicas, Vicens (2017, p. 92) registra que Josefina Pelliza de Sagasta (1848-1888) e Lola Larrosa (1859-1895) receberam “um dos maiores gestos de legitimação” quando Juana Manuela Gorriti as escolheu como editoras de *La Alborada del Plata* (VICENS, 2017). Juana Manso foi editora da revista *Anales de la Educación común*, entre 1865 e 1875; entre 1878 e 1886, Josefina Pelliza de Sagasta de *El Album del Hogar* e Alicia Moreau, entre 1908 e 1919, da *Revista Socialista Internacional* (RSI) posteriormente chamada *Humanidad Nueva* (HN).

O perfil biográfico também permitiu observar relações de amizade a partir da proximidade entre as argentinas Julia Magdalena Ángela Lanteri (1873-1932) e Alfonsina Storni (1892-1938), além da afeição entre a peruana Clorinda Matto de Turner (1852-1909) e a argentina Juana Manuela Gorriti Zuviria (1818-1892), cujo contato se deu pelo exílio político da primeira na Argentina, desde 1895 até seu falecimento em 1909 (CAULA, 2017). A afeição entre a escritora peruana Mercedes Cabello de Carbonera (1842- 1909) e a escritora argentina Juana Manuela Gorriti Zuviria (1818-1892) ficou registrada na dedicatória da novela *Sacrificio y recompensa* (1886) de autoria da primeira. Segundo a salvadorenha Guidotti (2011), a amizade entre as argentinas Juana Paula Manso (1819-1875) e Juana Manuela Gorriti Zuviria se teceu a partir do interesse pela docência e a escrita. As tertúlias organizadas por Juana Gorriti eram frequentadas por Rosa Mercedes Riglos (1826-1891), Juana Manuela Laso de Eléspuru (1819-1905), Manuela Villarán (1840-1888), Clorinda Matto e Mercedes Cabello.

Gabriela Mistral e Victoria Ocampo intercambiaram textos durante anos, e suas cartas evidenciam nexos de autoafirmação perante a dominação masculina (SALOMONE *et al.*, 2004). Também se conheciam a chilena Gabriela Mistral (1889-1957) e a venezuelana Teresa de la Parra (1889-1936). Mistral referia a obra de Teresa de la Parra como irônica, imaginativa, detalhada, espontânea e simples. Da autora, dizia que “fazia muito sem enfatizar as barreiras que derrubava”. De la Parra, comparava seu uso da ironia com o estilo de escrita de Mistral e da uruguaia Delmira Agustini (1886-1914). Problematizava as diferenças de classe nas obras de Mistral e Agustini: reconhecia na primeira o amadurecimento de quem teve de trabalhar braçalmente desde criança, e compreendia a outra como refém das convenções sociais elitizadas (CAULA, 2017).

Teresa de la Parra também reconheceu em sua obra a influência oculta e feliz de Marina, a Malinche, mulher nativa do conquistador Hernán Cortés, e de Isabel Palla Chimpú Oclo, mulher peruana do conquistador Garcilaso de la Vega e mãe do primeiro escritor mestiço, o inca Garcilaso de la Vega. A elas atribuiu o papel de fundadoras da cultura americana (DEVÉS, 2000).

As obras de autoria de mulheres aqui analisadas apresentam relevância ao pensamento latino-americano pois assim como as de autoria masculina propõem alternativas a problemas relativos à realidade subcontinental. A ideia de nação, por exemplo, foi central nas obras de Soledad Samper e da venezuelana Ana Teresa de la Parra Sanojo (1889-1936). Nos romances de sua autoria, criaram heroínas, com as quais se identificam, as inseriram na história nacional que somente privilegiou aos “homens históricos” ou “heróis”. Nos romances de autoria de mulheres latino-americanas esses homens vivenciam relações amorosas com mulheres igualmente heroicas aportando as dimensões pessoal e sentimental à história oficial (AGUIRRE, 2000). Nessas obras, as vozes femininas narram a história utilizando-se da “suposta humildade” e da “ingênua feminilidade”, representações do discurso masculino, para defender e validar a superioridade das mulheres (CAULA, 2017, p. 120).

5 Conclusão

O contexto de desigual divulgação e reconhecimento das contribuições das mulheres do século XIX ao pensamento latino-americano demanda políticas de promoção de paridade autoral de gênero na composição bibliográfica dos cursos de graduação e pós-graduação. Reconhecer dita desigualdade de gênero e agir em favor de sua superação não é somente um

movimento de justiça epistêmica, pois a invisibilidade dessas contribuições também compromete o rigor científico. Nosso esforço por desvendar essas autorias de mulheres fundacionais do pensamento latino-americano desse século aduna nessa direção.

Contudo, só o exercício de inventariar é insuficiente. Torna-se fundamental aprender a ler e compreender essas autorias excluídas, pois o cânone opera como incapacidade de compreensão de seu valor. Disso se depreende o equívoco que as cataloga como carentes de qualidade. Por isso, são necessárias abordagens metódicas, didáticas e éticas para o estudo das autorias de mulheres latino-americanas fundacionais. Previamente se impõe a impreterível reflexão sobre as delimitações metodológicas para o estudo desse universo de pesquisa composto pelas pensadoras latino-americanas do século XIX.

Trata-se de indagar as implicações dessas escolhas em termos epistemológicos, fazendo desse processo um foco de investigação. A partir das delimitações traçadas, há que se perguntar pela inclusão/ exclusão das próprias opções metodológicas: quais os silenciamentos que aplica cada opção? Quais silenciamentos resultam de priorizar as autoras dos países do circuito hegemônico do pensamento latino-americano e quais ao priorizar autoras dos países periféricos? Quais os apagamentos que esse *corpus* impõe? O desafio está em observar e reconhecer as implicações decorrentes dos critérios de delimitação na produção científica, que necessária e inevitavelmente, ao eleger vozes, provoca silenciamentos. Os passos futuros deste estudo incluem análises detalhadas das obras até aqui inventariadas e outras que virão somar. Para isso, pretendemos explorar categorias de análise discursiva tais como intertextualidade e interdiscursividade.

Agradecimentos

Bolsa produtividade em pesquisa 2022-2025 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Referências

AGUIRRE, B. Soledad acosta de samper y su performance narrativo de la nación. **Estudios de literatura colombiana**, n. 6, p. 18-34, 2000.

ALVES, A. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cad. Pesp.**, São Paulo, n. 81, p. 53-60, set./dez., 1992.

ALBORNOZ, M. *et al.* Las brechas de género en la producción científica Iberoamericana. **Papeles del Observatorio CTS**, n. 9, p. 1-30, 2018.

ANZALDÚA, G. **Light in the dark/luz en lo oscuro**: rewriting identity, spirituality, reality. Durham: Duke University Press, 2015.

BAETA, M. Misoginia en el mundo científico: cultura androcentrista. **Estudios**, v. 8, n. 15, p. 71-83, jan./jun., 2015.

BEIGEL, F. Centros e periferias na circulação internacional do conhecimento. **Nueva Sociedad**, n. 245, p.110-123, 2013.

BOLÍVAR, A. Análisis crítico del discurso de los académicos. **Rev. signos**, v. 37, n. 55, p. 7-18, set./dez., 2004.

BOLÍVAR, A.; PARODI, G. Academic and professional discourse. *In*: PARODI, G. **The routledge handbook of hispanic applied linguistics**. Abingdon: Routledge, 2014. p. 475-492.

BOLZAM, C. Elementos para una aproximación teórica al exilio. **Revista Andaluza de Antropología**, 3, p. 7-30, 2012.

BLAZQUEZ GRAF, N.; FLORES, F.; RÍOS, M. **Investigación feminista**: epistemología, metodología y representaciones sociales. México: UNAM, 2012.

CAROSIO, A. Perspectivas feministas para ampliar horizontes del pensamiento crítico latinoamericano. *In*: SAGOT, M. (coord.). **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

CAULA, A. M. Teresa de la Parra: nación y literatura. *In*: CAULA, A. (org.). **Luchas por la Independencia**: Género y nación en Teresa de la Parra. Venezuela: El perro y la rana. 2017. p. 33-85.

CASABONE, G. El lenguaje burocrático como género. Una lectura crítica sobre las escrituras de la modernidad. **Oficios Terrestres**, n. 35, p. 1-21, set./dez., 2016.

CECEÑA, A. La Dominación de Espectro completo. **Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, p. 1-20, 2014.

CITELI, M. *et al.* Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 39-75, set./dez., 2015.

COLGAN, J. Gender bias in international relations graduate education? New evidence from syllabi. **Political Science and Politics**, v. 50, n. 2, p. 456-460, ago./out., 2017.

CRUZ, C. **O espaço feminino na escritura de Juana Manuela Gorriti e Martha Mercader**. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis São Paulo, 2005.

DE ARMAS, T.; VENEGAS, C. Patriarcado y capitalismo académico: La reproducción de las violencias. *In: Red chilena contra la violencia hacia las Mujeres (org.). Educación NO sexista. Hacia una REAL transformación.* Santiago: Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London; New York: Routledge, 2003.

FERREIRA, L.; AZEVEDO, N.; GUEDES, M.; CORTES, B. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil. **História, Ciências**, v. 15, p. 43-72, 2008.

GUIDOTTI, M. Juana Manuela Gorriti, una periodista argentina del siglo XIX. **Caracol**, n. 2, p. 42-71, 2011.

IANNI, O. **Enigmas do pensamento Latino-Americano.** São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000.

KAUFMANN, C. Juana Manso: lo dicho, lo susurrado y lo no dicho de una educacionista argentina del siglo XIX. *In: BRAVO, L.; ZAMBRANO, G. Mujer, cultura y sociedad en América Latina.* Venezuela: Universidad Central. 2001.

LUGONES, M. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. Pensando los feminismos en Bolivia. *In: MONTES, P. (orgs.). Pensando los feminismos en Bolivia.* La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012. p. 129-140.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-52, 2014.

MAKOWIECHY, S. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 4, n. 57, p. 2-25, 2003.

MARC, I.; OÑORO, C. Introducción: Transformaciones de la teoría y la crítica literaria feminista: Del pensamiento a la acción. **Tropelías: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada**, n. 36, p. 1-19, 2021.

MARINI, R. Las raíces del pensamiento social latinoamericano. *In: MARINI, R.; MILLÁN, M. (orgs.). La Teoría Social Latinoamericana.* Los Orígenes Tomo II. México: El Caballito, 1994.

MIQUEO, C, *et al.* Del análisis crítico a la autoridad femenina en la ciencia. **Feminismos**, n. 1, p. 195-216, 2003.

MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. *In: ESPINOSA, Y.; DE LEONE, L (orgs.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano.* Buenos Aires: En la Frontera, p. 19-36, 2010.

ORDORIKA, I. Equidad de género en la Educación Superior. **Revista de la Educación Superior**, v. 2, n. 174, p. 7-17, 2015.

PEREIRA, R.; LEITÃO, P. Apreensão do discurso de outrem e autoria em gêneros acadêmico-científicos. **Veredas-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 19, n. 2, p. 195-208, 2015.

PINTO, S. O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. **Soc. estado**. v. 27, n. 2, p. 337-359, 2012.

PRATT, M. “No me interrumpas”: las mujeres y el ensayo latinoamericano. **Debate Feminista**, v. 21, p. 70-88, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidade/racionalidade. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

RIBEIRO, L. *et al.* A saia justa da arqueologia brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.

RESTREPO, A. Genealogía como método de investigación feminista. *In*: BLAZQUEZ GRAF, N.; CASTAÑEDA SALGADO, M. P. (orgs.). **Lecturas críticas en investigación feminista**. México: UNAM. 2016. p. 23-41.

RIVERA, C. Las lenguas de la ciencia y la academia. No son las lenguas de la inclusión. *In*: ZAPATA, M.; GARCÍA, S.; CHAN, J (orgs.). **La interseccionalidad en debate**. Actas del Congreso Internacional “Indicadores Interseccionales y Medidas de Inclusión Social en Instituciones de Educación Superior”. Berlín: Instituto de Estudios Latinoamericanos, 2013.

ROCHA, A. Idéias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 20, p. 37-68, 2000.

RODRÍGUEZ, R. Pasar la teoría por el propio cuerpo. Una herramienta descolonial contra el extractivismo metodológico. *In*: RODRÍGUEZ, R.; MARQUES, S.; BROZOVICH, V. (orgs.). **Corpobiografías de sanación: escrituras, cuerpos y saberes de mujeres**. Mendoza: Universidad del Cuyo, 2021. p. 19-46.

ROJAS, C. **Andamiaje retórico de género: un conocimiento situado en la universidad (2008-2012)**. México: Publicaciones Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2016.

ROSSINI, T. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. Dossiê Literatura de Autoria feminina. **Trem das Letras**, v. 1, n. 3, p. 97-111, 2016.

RUANO-IBARRA, E, ARAÚJO, J. Participação-autoria e coordenação liderança feminina nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). **Millcayac - Revista Digital de Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 31-62, 2019.

RUANO-IBARRA, E.; MOREIRA, E.; FERRO, L. Repertórios dos movimentos de mulheres indígenas em Abya Yala: comparando Bolívia, Brasil, Colômbia e Venezuela. *In*: MENEZES,

R.; CAVALCANTI, L.; SILVA, C. (orgs.). **América Latina no século XXI: desigualdades, democracia e desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2020.

RUANO-IBARRA, E. Investigación latinoamericana comprometida: horizontalidad entre mujeres blancas cis y mujeres indígenas. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO DE METODOLOGÍA DE LAS CIENCIAS SOCIALES (ELMeCS), 7., 2020, Mexico. **Anais [...]**. México: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas, 2020.

RUANO-IBARRA, E; RESENDE, V. Agências de mulheres nas independências: das lutas bolivarianas aos levantes brasileiros. *Sociologias*, v. 24, n. 60, p. 416-441, 2022.

SALOMONE, A. *et al.* **Prologo**. Modernidad en otro tono: escritura de mujeres latinoamericanas, 1920-1950. Santiago: Cuarto propio, 2004.

SÁNCHEZ, D. Androcentrismo en la ciencia. Una perspectiva desde el análisis crítico del discurso. In: BARRAL, M. *et al.* (eds.). **Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres**. Barcelona: Icaria, 1999.

SANTOS, D. V. C. Acerca do conceito de representação. *RTHL*, v. 6, n. 2, p. 27-53, 2011.

SARAIVA, E.; CARRIERI, A. de P. Citações e não citações na produção acadêmica de estratégia no Brasil: uma reflexão crítica. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 44, n. 2, p. 158-166, 2009.

SILVA, T. Descolonizar el currículo: estrategias para una pedagogía crítica. In: APPLE, M., SILVA, T., GENTILLI, P. (orgs.). **Cultura, política y currículo: Ensayos sobre la crisis de la escuela pública**. Buenos Aires: Losada, 1997.

SMITH, D. **The everyday world as problematic a feminist sociology**. Boston: Northeastern University Press, 2012.

SOTELO, H. **Escritura crítica orgánica para deconstruir la opresión femenina: una propuesta feminista a revolucionar la pedagogía de la enseñanza en la creación literaria**. 2019. Tese (Doutoral in Education) – University of Texas, 2019.

SUASNÁBAR, C. Intelectuales, exilio y educación: la producción intelectual e innovaciones teóricas durante la última dictadura militar. **Horizontes Sociológicos**, v. 4, p. 56-60, 2016.

VALDÉS, E. El pensamiento latinoamericano a comienzos del siglo XX: La reivindicación de la identidad. **Anuario de Filosofía Argentina y Americana**, v. 14, p. 11-76, 1997.

VALDÉS, E. Los temas de las mujeres: inferioridad y expresión. In: VALDÉS, E. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad**. del Ariel de Rodó a la Cepal 1900-1950. Buenos Aires: Biblos, 2000.

VALDÉS, T. Estudios de género: una mirada evaluativa desde el cono sur. In: ARANGO, L.; PUYANA, H. (orgs.). **Género, mujeres y saberes en América Latina: entre el movimiento social, la academia y el Estado**. Bogotá: UNAL, 2007.

VAN DER HAAR, G. El movimiento zapatista en Chiapas: dimensiones de su lucha. **Labour Again Publications**, 2005. Disponível em:
<http://www.iisg.nl/labouragain/documents/vanderhaar.pdf>. Acesso em: 20 04 2022.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. (org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VAZQUEZ MOCTEZUMA, S. Ética en la publicación de revistas académicas: percepción de los editores en ciencias sociales. **Innov. educ.**, v. 16, n. 72, p. 53-74. 2016.

VICENS, M. Ensayos profesionales: literatura, mujer y trabajo en la prensa porteña finisecular. **Anclajes**, v. 21, n. 2, p. 77-94, 2017.

WUENSCH, A. Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina. **Problemata: R. Intern. Fil.**, v. 6, n. 1, p. 113-150, 2015.

WESTPHALEN, Y. Mercedes Cabello de Carbonera: entre la novela de folletín y la ficcionalización letrada. In: GUARDIA, S (comp.). **Escritoras del siglo XIX en América Latina**. Lima: Centro de Estudios La Mujer en la Historia de América Latina, CEMHAL, 2015.

ZANATA, E.; MINGUILI, M.; DAIBEM, A. **Orientações teórico-práticas sobre Projeto Político-Pedagógico: conceituações**. São Paulo: CENEPP–UNESP, 2013.

ZEA, L. **El pensamiento latino americano**. Barcelona: Ariel, 1976.